

32 **Secretária Executiva do CERH, Christina Fischer**, deu início à reunião agradecendo
33 a presença de todos e falou sobre o lançamento do Plano Estadual de Recursos
34 Hídricos, que pelo ponto de vista das políticas públicas, foi um acontecimento bastante
35 emblemático e falou que se faria um esforço para enviar as cartilhas para as instituições
36 e parceiros que integram o conselho para que todos tenham conhecimento sobre o
37 conteúdo do plano e parabenizou a todos que contribuíram direta e indiretamente no
38 avanço deste processo. Em seguida fez a leitura da pauta onde informou que o
39 **Conselheiro representante da UEA, Carlrossando Albuquerque**, solicitou a inserção
40 de um novo assunto no item **7. Informes e assuntos gerais**, que seria o
41 “Fortalecimento e reestruturação do órgão gestor e fiscalizador da Política de Recursos
42 Hídricos no Amazonas”. Sem manifestações contrárias, a pauta foi APROVADA.
43 Seguindo a pauta, foi passada a palavra para a **Assessora dos colegiados da SEMA,**
44 **Glauce Tavares**, para fazer a leitura e aprovação da 44ª Reunião Ordinária do CERH.
45 Eu, Glauce Tavares, iniciei a leitura da ata e sem manifestações contrárias ao texto a
46 ata foi **APROVADA. A Secretária Executiva do CERH, Christina Fischer**, passou
47 para a aprovação do calendário de reuniões para o ano de exercício de 2021. O
48 **Conselheiro representante da SINDNAVAL, Ivo Araújo**, primeiramente parabenizou
49 o lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos e com relação ao calendário
50 falou que verificaria as datas das reuniões do SINDNAVAL para o caso de alguma
51 reunião do conselho coincidir com as reuniões da instituição, mas que por enquanto
52 está de acordo com o calendário apresentado. O **Conselheiro representante do CRQ-**
53 **14, Sérgio Bringel**, também parabenizou o lançamento do Plano Estadual de Recursos
54 Hídricos e com relação ao calendário sugeriu que as reuniões do conselho e do Fórum
55 de Mudanças Climáticas sejam em datas aproximadas para agilizar e facilitar a situação
56 dos conselheiros. A **secretária Executiva do CERH, Christina Fischer**, respondeu
57 que a assessoria de colegiados tem o cuidado especial na hora de elaborar o calendário
58 de forma a não sobrecarregar os conselheiros, considerando que alguns conselheiros
59 fazem parte de outros colegiados e câmaras técnicas. Sem mais manifestações
60 contrárias o calendário foi **APROVADO. A secretária Executiva do CERH, Christina**
61 **Fischer**, agradeceu aos conselheiros e falou que as datas seriam socializadas para



62 que todos se organizem para o ano de 2021. Seguindo a pauta, passou-se a palavra
63 para **a convidada representante da F A S, Letícia Cobello**, para a realização da
64 apresentação do Projeto “Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e
65 Jurídico para a Reposição Hídrica no Estado do Amazonas”. **O Conselheiro**
66 **representante da UEA, Carlossandro Albuquerque**, por questão de ordem sugeriu
67 que fosse determinado um tempo limite para a apresentação. **A secretária Executivo**
68 **do CERH, Christina Fischer**, consultou **a representante da F A S, Letícia Cobello**,
69 ficando assim determinado que a duração da apresentação seria de 30 minutos. **O**
70 **Assessor da SEMA, José Carlos de Souza**, se manifestou sugerindo que fosse
71 seguida a pauta do conselho e a apresentação passasse para o final para que assim
72 houvesse tempo para discutir no tempo restante, pois, deixando a pauta do conselho
73 para depois corre o risco de ficar pendências para a próxima reunião. **A secretária**
74 **Executiva do CERH, Christina Fischer**, respondeu que entende a preocupação, mas
75 seria realizada a apresentação no tempo determinado e pediu ao conselho apoio para
76 que sejam objetivos na hora da discussão. **A convidada da F A S, Letícia Cobello**, se
77 apresentou falando que faz parte da supervisão de políticas públicas da Fundação
78 Amazonas Sustentável e que estão dando suporte à SEMA na implementação desse
79 projeto que visa a regulamentação do PSA Hídrico, em continuidade a temática do PSA
80 Carbono, onde tiveram bastante oportunidade de conversar a respeito no ano passado,
81 mais com os outros colegiados do que com o CERH, e disse que esse foi um trabalho
82 em equipe com a assessoria de Recursos Hídricos e com o DEGAT, que estiveram
83 bastante envolvidos deliberando cada etapa e que essa apresentação é a abertura da
84 primeira etapa de participação, para que o conselho possa ficar sabendo o que está
85 acontecendo. Em seguida passou a palavra para as consultorias envolvidas, que irão
86 acompanhar o projeto nos próximos 5 meses redigindo uma proposta de marco legal
87 do TSA Hídrico do Amazonas. **A consultora da FAS/SEMA, Marcela Michiles**,
88 cumprimentou a todos e começou falando que, como foi apontado anteriormente, o
89 projeto já está em curso desde o ano de 2019 e agora está na fase introdutória da
90 elaboração do arcabouço jurídico e disse que se apresenta como porta-voz do projeto
91 pois, é a interlocutora entre a FAS, SEMA e Rotta&Morro Advogados, explicou que a



92 Rott&Moro é a consultoria contratada para a elaboração desse projeto, e completou
93 dizendo que se pretende fazer um projeto colaborativo tendo em vista todos os
94 conselhos que são correlatos à questão. Começando a apresentação a consultora
95 definiu a apresentação em 4 tópicos: 1) Objetivos do projeto; 2) Linha Lógica do Projeto
96 e Componentes; 3) Construindo o Arcabouço Jurídico; e 4) Esclarecimentos e
97 Encaminhamentos. O objetivo do projeto é construir um consenso técnico-científico e a
98 regulamentação legal para a valoração do serviço ambiental Água, fomentando os
99 mercados de ativos ambientais e o investimento em conservação para subsidiar o
100 “Programa de Conservação dos Serviços Hídricos” previsto na Lei 4.266/2015. A linha
101 lógica possui 4 componentes, o primeiro componente seria a construção do consenso
102 técnico a respeito da reposição hídrica e valoração do serviço ambiental Água, onde
103 teve uma avaliação e comparação do método Limnotech x Water Footprint que foi
104 realizada pela consultoria da Juliana Speranza, e a produção técnica foram as
105 contribuições para o desenho de um programa de pagamento por serviços ambientais
106 hídricos para o Amazonas e Monitoramento, houve também um estudo para valoração
107 econômica com a consultoria do Marcos Amend, onde a produção técnica foram as
108 Metodologias para um sistema de PSA Hídrico no Amazonas. O segundo componente
109 seria a contribuição sobre o arcabouço legal, que é a etapa que está sendo trabalhada,
110 onde o diagnóstico foi a contratação das consultorias jurídicas especializadas e a
111 definição do público como sendo a dinâmica participativa com o CERH, o FAMC e o
112 CDSPCT/AM e posteriormente a apresentação da minuta à SEMA. A estratégia foi a
113 elaboração do processo colaborativo entre a Rotta e Moro Advogados e a própria
114 consultora Marcela Michiles. A implementação seriam as entregas da Minuta de Ato
115 Normativo Regulador do programa de PSA Hídrico e do Diagnóstico sobre adequações
116 ao arranjo de governança, captação e gestão financeira. O terceiro componente seriam
117 as contribuições sociais sobre a temática e sobre a minuta de lei/decreto e o quarto
118 seria o lançamento dos produtos e a finalização do projeto. A palavra então foi passada
119 para a **Consultora da RMA, Fernanda Rotta**, que prosseguiria com a apresentação
120 dos demais tópicos. A consultora explicou que o intuito é apresentar ao conselho os
121 conceitos de PSA Hídrico, nivelar conhecimentos e colher informações, para se ter esse



122 diálogo com as pessoas que se interessam para que possam participar e construir o
123 projeto em conjunto. Falando de forma introdutória, disse que existem várias políticas
124 de pagamento por serviços ambientais por todo o mundo e também no Brasil, mas
125 normalmente no âmbito de locais que possuem escassez hídrica, o que não é o caso
126 no Estado do Amazonas, e isso é o grande desafio. Em seguida iniciou sua
127 apresentação falando sobre a construção do arcabouço jurídico, explicando o que são
128 as PSA - Pagamentos por Serviços Ambientais, que são “Instrumentos econômicos que
129 visam financiar e incentivar ações, práticas e usos da terra, que conservam, mantêm
130 ou recuperam o meio ambiente...”, ou seja, diferentemente das políticas de comando e
131 controle e fiscalização, essa é uma política que visa beneficiar e reconhecer quem de
132 fato preserva e conserva os bens ambientais, é uma iniciativa acessória, voluntária e
133 complementar e ela está fundamentada no princípio do usuário-pagador, que usa o
134 recurso ambiental, e do provedor-recebedor, que é aquele que ajuda a conservar o bem
135 ambiental e que é beneficiado por isso. Passando para o próximo conceito a
136 **consultora da RMA, Fernanda Moro**, explicou o que são serviços ecossistêmicos, que
137 segundo a legislação “São processos e funções ecológicas relevantes gerados pelos
138 ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoramento das
139 condições ambientais, em benefício do bem-estar de todas as sociedades humanas e
140 do planeta, nas seguintes modalidades (Art. 2º, XXVIII da Lei Estadual nº 4.266/2015)
141 Biodiversidade, Carbono e Serviços Hídricos”. Sendo a divisão mais utilizada:
142 Provisão, Suporte, Regulação e Culturais. Dentro do PSA Hídrico existe uma gama de
143 serviços ecossistêmicos que podem ser identificados e por isso as escolhas podem ser
144 bem complexas. O PSA Hídrico pode ser utilizado para direcionar os problemas dos
145 recursos hídricos do Estado do Amazonas, e alguns desses serviços são a manutenção
146 da qualidade hídrica por meio da regulação do fluxo da água, do controle da deposição
147 de sedimentos, da quantidade de nutrientes, entre outros. **A Consultora Carolina**
148 **Moro, RMA**, completou trazendo como referência o Programa Produtor de Água, da
149 Agência Nacional de Águas, que vem sendo implementado em todo o país, por Estados
150 e Municípios, mas ele é bastante associado à escassez hídrica, então o trabalho da
151 consultoria jurídica seria olhar para os modelos já existentes e buscar o que se adequa



152 ao contexto da Amazônia, que por não existirem muitos exemplos se torna um desafio
153 pensar em um Programa de PSA para o Estado. **A Consultora da RMA, Fernanda**
154 **Rotta**, completou utilizando como exemplo o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que
155 foi utilizado como base de estudo para o projeto, lembrando que o PSA é complementar,
156 ele não se confunde com o que é feito no âmbito da política de Recursos Hídricos, mas
157 ele vai ajudar em alguns momentos e por isso essa articulação e o conhecimento do
158 conselho é relevante para que seja feito algo que o Estado necessite. **A Consultora da**
159 **RMA, Fernanda Rotta**, continuou sua apresentação mostrando um slide com o Estado
160 do Amazonas mapeado e explicou dizendo que as águas do Estado são bastante
161 ocupadas e existe um risco de qualidade hídrica que é identificado principalmente em
162 regiões mais urbanas, existe também o transporte fluvial e existem várias unidades de
163 conservação que constituem 54% do território. **A Consultora da RMA, Carolina Moro,**
164 destacou a quantidade de áreas protegidas que já cumprem esse papel de prover esse
165 serviço de produção de água, então, essa produção de água e manutenção é algo
166 relevante na criação das linhas de pensamento. Continuando a apresentação **a**
167 **Consultora da RMA, Fernanda Rotta**, falou que outro plano que foi utilizado nos
168 estudos foi o PPCDQ-AM, que é sobre desmatamento na Amazônia, onde identificaram
169 que as áreas mais relevantes de desmatamento estão na região sul e na região
170 metropolitana de Manaus, onde de fato pode ser que se tenha que recuperar as áreas
171 e criar alternativas econômicas para que a população não desmate em torno do bem
172 hídrico. Os pontos a serem trabalhados na legislação serão a qualidade da água, a
173 quantidade da água e a manutenção das áreas protegidas. **A consultora Carolina**
174 **Moro, RMA**, completou dizendo que pelo Programa de Pagamento por Serviços
175 Ambientais ser algo complementar às outras políticas, ele pode ser pensado como um
176 incentivo para atingir as metas do PPCDQ-AM, as metas do Plano Estadual do
177 Recursos Hídricos, e também para assegurar as áreas protegidas do Estado, sendo
178 assim, a lógica seria identificar quais as prioridades para a utilização desse instrumento
179 na conservação dos recursos hídricos e que os conselheiros podem contribuir para a
180 criação desse panorama. **A Consultora da RMA, Carolina Moro**, apresentou um
181 formulário que será disponibilizado, posteriormente, para os conselheiros, afim de saber



182 qual a percepção dos membros com relação à alguns pontos que foram tratados e para
183 que caso os conselheiros queiram fazer algum comentário, expor ideias, conceitos,
184 iniciativas e apresentar atores para formar uma rede de pessoas que desejam participar
185 ativamente dessas discussões e se colocou à disposição para quaisquer
186 esclarecimentos. **A Secretária Executiva do CERH, Christina Fischer**, agradeceu a
187 apresentação e disse que por conta da relevância do assunto apresentado ela gostaria
188 de propor ao conselho que seja feita uma reunião conjunta com o FAMC e o CDSPCT,
189 com pauta única, para uma apresentação mais detalhada do projeto e para que o
190 conselho tenha tempo de estudar o material. **O Conselheiro representante da UEA,**
191 **Carlossandro Albuquerque**, começou parabenizando a apresentação das consultoras
192 dizendo que é interessante conhecer esses projetos que são de muita importância para
193 a questão ambiental no Amazonas e por isso concordou com a proposta da secretária
194 sobre a realização da reunião conjunta para um maior detalhamento da apresentação.
195 O conselheiro completou dizendo que na sua opinião, a Lei Estadual nº 4.266/2015 que
196 fala sobre os PSAs, faz uma abordagem para todas as questões ambientais, mas ela
197 erra ao centraliza apenas como conselho deliberativo o CEMAAM, pois ela aborda
198 temáticas específicas para a questão social, a questão hídrica, a questão de florestas
199 e questão de clima e para cada uma dessas questões já existe um conselho específico,
200 então pede que as consultoras levem em consideração uma reforma da lei para que
201 cada PSA seja deliberado no seu respectivo conselho. Para exemplificar a questão, a
202 apresentação que foi feita deveria ser deliberada no próprio Conselho de Recursos
203 Hídricos e não ser apresentada somente para conhecimento como algo externo, sendo
204 que a temática abordada é a questão hídrica e ela deve ser deliberada conforme a
205 Política Estadual de Recursos Hídricos. **O Conselheiro representante da**
206 **SINDNAVAL, Ivo Araújo**, reiterou o que foi dito pelo **conselheiro Carlossandro**, e
207 concordou que se tenha uma reunião com pauta única para a apresentação desse
208 projeto que é tão importante. Em seguida sugeriu que observassem o Projeto BR do
209 Mar para que pudessem inserir o PSA no que está acontecendo no outro projeto, pois
210 o projeto BR do Mar, se for aprovado como está, irá trazer muitas perdas para o setor
211 naval, então, é importante trabalhar nessa linha para que o projeto seja bem elaborado



212 para que todos saiam ganhando no fim. **O Conselheiro representante do IPAAM,**
213 **Sérgio D'oliveira,** cumprimentou a todos e disse que como é o gerente de Recursos
214 Hídricos do IPAAM, concorda com as colocações dos conselheiros que falaram
215 anteriormente sobre a necessidade de discutir esse assunto a nível de conselho e
216 sugeriu a criação de uma câmara técnica para essa determinada discussão, pois, esse
217 projeto trata de temas muito importantes, como a questão das cobranças sobre o uso
218 da água, que é um dos instrumentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos, então é
219 necessário discutir esse assunto para que ele não sobreponha as leis e competências
220 a fim de que as coisas fiquem claras tanto para o conselho quanto para a sociedade.
221 **Eu, Glauce Tavares,** respondi que na reunião do FAMC foi instituído um grupo de
222 trabalho para acompanhar esse projeto e por isso foi proposto que essa mesma
223 apresentação fosse feita mais detalhadamente na reunião conjunta com o Conselho de
224 Povos e Comunidades Tradicionais, que contará com a participação do Conselho
225 Estadual de Recursos Hídricos e com Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas,
226 para que nessa reunião sejam definidos o integrantes desse grupo de trabalho, que
227 será constituído por membros de vários colegiados. **O Conselheiro representante da**
228 **FUNASA, Rainier Pedraça,** comentou a respeito do financiamento da consultoria e
229 disse que é importante dar publicidade a essa questão, tipo quem está pagando, quanto
230 custou, a razão para ter sido contratada, e também sobre o produto que está sendo
231 trabalhado para que no futuro não aconteça nenhum mal entendido de direcionamento
232 ou outras situações que possam ocorrer, é necessário que o conselho que acerque
233 dessas informações até para analisar melhor as propostas que virão dessa consultoria.
234 **A Secretária Executiva do CERH, Christina Fischer** agradeceu pelo aviso e
235 concordou que é sempre importante fazer as publicações no site, mas que pelo ponto
236 de vista financeiro é uma execução direta pela FAS e o agente financiador. **A**
237 **Consultora da FAS, Leticia Cobello,** informou que o recurso utilizado não é público e
238 a execução financeira e física está sendo realizado pela FAS e a parte de políticas
239 públicas está sendo supervisionado pela SEMA e por questão de transparência a
240 consultoria foi chamada para fazer a apresentação e os produtos serão apresentados
241 a este conselho, conforme forem sendo concluídos e na fase de encerramento será



242 feito a entrega e a prestação de conta a todos os envolvidos. **A Secretária Executiva**
243 **do CERH, Christina Fischer**, agradeceu pelos esclarecimentos e informou que a data
244 da reunião conjunta será no dia 16 de dezembro de 2020. Após alguns esclarecimentos
245 quanto à reunião conjunta foi dado prosseguimento a pauta, passando para
246 apresentação da nova diretoria do Comitê de Bacias do Tarumã-Açu. **A Secretária do**
247 **Comitê de Bacias do Tarumã-Açu, Fabíola Bento de Andrade**, informou que houve
248 uma eleição e a nova diretoria já foi validada, sendo ela composta por Jaderson Maciel,
249 Presidente, Solange Damasceno, Vice-presidente, Fabíola Bento de Andrade,
250 secretária e Jessé Rodrigues como segundo secretário. Informou ainda que atualmente
251 ainda estão se organizando por conta do processo de transição de diretoria e estão
252 elaborando o seu Plano de trabalho, pois, há muita coisa a ser vista, pautas urgentes e
253 coloca o comitê à disposição com conselho para participar das discussões. **A**
254 **Secretária Executiva do CERH, Christina Fischer**, agradeceu pela contribuição e
255 pela participação da diretoria do comitê e falou que podem ocorrer reuniões paralelas
256 para discutir a pauta de trabalho do comitê e trazer isso para a reunião do conselho e
257 parabenizou a equipe que vai conduzir esse espaço tão relevante. **O Conselheiro**
258 **representante da UEA, Carlossandro Albuquerque**, parabenizou a nova diretoria do
259 Comitê da Bacia do Tarumã-Açu e lembrou a **Secretária Christina Fischer** que
260 precisam retomar a instituição do Comitê da Bacia do Puraquequara, que a SEMA deve
261 instituir efetivamente esse comitê. **A Secretária Executiva do CERH, Christina**
262 **Fischer**, informou que estariam atentos a essa agenda, agradeceu a colaboração do
263 conselheiro e seguiu com a pauta passando a palavra para o representante do IPAAM.
264 **O conselheiro representante do IPAAM, Sérgio D'Oliveira**, cumprimentou a todos e
265 disse que trouxe novamente à nível de conselho, a discussão a respeito da
266 responsabilidade de legalização da ocupação de espelho d'água de domínio estadual,
267 assunto esse que já foi bastante discutido na reunião anterior, e que ele desconhece
268 se houve algum encaminhamento ou alguma providência tomada pelo Conselho
269 Estadual de Recursos Hídricos a respeito. Completou dizendo que existe uma comissão
270 liderada pela Dep. Terezinha Ruiz que retomou as discussões sobre as ocupações no
271 Tarumã-Açu e que o IPAAM teve uma reunião com o superintendente da Secretaria do



272 Patrimônio da União, e o certo é que o IPAAM chegue à conclusão de que existem dois
273 hiatos importantes para resolver dentro da questão dos rios estaduais, por isso propõe
274 que o conselho faça um encaminhamento, a quem de direito for, no sentido de que se
275 possa resolver esses dois hiatos, o primeiro seria definir ou criar órgãos que sejam
276 responsáveis pela ocupação dos espelhos d'água dentro dos rios estaduais e o
277 segundo seria a questão da segurança da navegação dentro destes determinados rios
278 e disse que desconhece dentro do Estado qualquer instituição ou órgão responsável
279 pela regularização da ocupação dos espelhos d'água, o que se torna uma preocupação
280 para o IPAAM por trazer problemas para a regularização destas atividades, pois sabem
281 que existem algumas ocupações que foram feitas ao longo do rio Tarumã-Açu que
282 obtiveram documentos junto ao SPU, do uso e ocupação do solo, mas não é da
283 jurisdição do SPU emitir esses documentos, tanto que esse órgão não é reconhecido
284 pelo Comitê da Bacia do Tarumã-Açu como responsável pelos espelhos d'água dos
285 rios estaduais, e isso está gerando insegurança quanto aos atos de licenciamento
286 ambiental assim como também em outras esferas municipais e estaduais. Sendo assim
287 é necessário buscar ou criar um órgão responsável para resolver essas questões e
288 finalizou parabenizando os novos componentes do Comitê da Bacia do Rio Tarumã-
289 Açu e disse que devem se engajar nessas discussões da comissão liderada pela Dep.
290 Terezinha Ruiz, sendo que as ocupações e a falta de saneamento são o que causam
291 o maior nível de degradação ambiental. **A vice-presidente do Comitê de Bacia do**
292 **Rio Tarumã-Açu, Solange Damasceno,** começou agradecendo pelas felicitações e
293 disse que o assunto em pauta é algo que a incomoda muito e que estão acompanhando
294 esse assunto desde o início do ano passado, tanto que já haviam levado essa discussão
295 para a plenária do Conselho e instituído dois representantes deste Conselho para
296 acompanhar a situação. Em consulta feita ao Fórum Nacional de Bacias foi
297 recomendado que o CERH, o IPAAM e a SEMA devem acompanhar a situação, pois,
298 não pode ser admitido um conflito institucional entre um Rio Federal e um Rio Estadual
299 e nem que a competência da União sobreponha esse rio, portanto, coloca como
300 encaminhamento que o Comitê junto ao CERH faça um documento que referende às
301 instituições federais determinando o rio que é de competência do Estado. **O**



302 **Conselheiro representante da UEA, Carlossandro Albuquerque**, comentou que é
303 uma constante preocupação a fragilidade com relação a gestão da bacia do Rio
304 Tarumã, e que analisando a própria ação da SPU em querer contribuir com a
305 organização dos flutuantes é algo importante por conta da própria ausência do
306 Conselho e do Comitê na gestão da bacia, e concorda com o encaminhamento do
307 **Conselheiro Sérgio D'Oliveira**, que deve ser feita uma moção à SEMA, ao Governo
308 do Estado e ao IPAAM, com essa necessidade de definir o domínio, de quem autua,
309 regulamenta, fiscaliza e autoriza, pois, é uma questão que vai além do IPAAM, então,
310 tem que definir quem usa um espelho d'água é de extrema importância, na União quem
311 atua é a STU, porém, no Estado não tem nenhum órgão definido, então este conselho
312 deveria fazer uma manifestação para saber qual a competência da SEMA, do IPAAM
313 ou de outro órgão do Estado para atuar no ordenamento do espelho d'água do rio
314 Tarumã-Açu. **O Assessor da SEMA, José Carlos de Souza**, sugeriu que os
315 conselheiros sejam bem objetivos porque é necessário decidir se o conselho vai
316 provocar ou se o conselho será provocado, pois na sua opinião qualquer atividade que
317 tem potencial poluidor degradador em áreas do Estado é de competência do Estado,
318 então, é ele o responsável pelo licenciamento, fiscalização, monitoramento por todas
319 as atividades desenvolvidas no local e deve estabelecer normas específicas para a
320 implantação e não ficar desordenado como está acontecendo, nesse sentido, deve ser
321 esclarecido se o conselho irá provocar ou ser provocado, pois, se for uma deliberação
322 de provocação do Conselho tem que elaborar um documento, encaminhar a planária,
323 ser votado, e somente após a aprovação da plenária enviar ao IPAAM, à SEMA e aos
324 demais órgãos, ou aguardar o Conselho ser provocado a se manifestar. **O Conselheiro**
325 **representante da SINDNAVAL, Ivo Araújo**, comentou que essa situação sobre o
326 espelho d'água possui um grupo de trabalho na Assembleia Legislativa, onde o próprio
327 conselheiro participou da primeira reunião, e perguntou se isso não inviabilizaria a
328 criação do grupo de trabalho, pois, esse assunto foi bastante discutido nesse primeiro
329 encontro, inclusive a própria Marinha queria deliberar uma situação de busca e
330 apreensão nos flutuantes a partir de janeiro de 2021, porém, o secretário do SPU
331 (Secretaria do Patrimônio da União) não foi a favor e os demais concordaram com ele.



332 **O Conselheiro representante da UEA, Carlossandro Albuquerque**, para modo de
333 encaminhamento disse que deveriam sim, como Conselho, enviar um comunicado para
334 o Ministério Público Federal e Estadual, SEMA e IPAAM, para que se manifestem sobre
335 o domínio do espelho d'água em águas estaduais, qual seria a competência de cada
336 um e depois o Conselho de Recursos Hídricos oficializaria cada uma dessas
337 instituições. **O Conselheiro representante da SINDNAVAL, Ivo Araújo**, concordou
338 com o conselheiro e disse que a base usada por eles para se chegar a um entendimento
339 da questão seria o Código Florestal Federal. **O Conselheiro representante do IPAAM,**
340 **Sérgio D'Oliveira**, comentou que não via necessidade de consultar o Ministério Público
341 Federal, pois quem regula isso é a Agência Nacional de Águas e ela afirma que o
342 referido rio é estadual, então, isso deve ser encaminhado a quem de direito dentro do
343 Estado do Amazonas, e indagar qual o órgão competente para responder pela
344 ocupação e ordenamento da navegação dentro dos rios estaduais. **O Assessor da**
345 **SEMA, José Carlos de Souza**, concordou e disse que precisam ser bem objetivos e
346 direcionar a situação pautados na legislação já definida pela Agência Nacional de
347 Águas e pelos órgãos responsáveis, tanto estadual como federal, e baseados nisso o
348 Conselho elaboraria um documento para encaminhar para essas instituições. **O**
349 **Assessor da SEMA, Izaías do Nascimento**, sugeriu que fosse feita uma moção pelo
350 CERH, onde seria submetida à aprovação dos conselheiros, considerando que está na
351 Lei que em caso de conflito com relação ao domínio do espelho d'água se é de domínio
352 estadual ou federal, a instância final é o CERH, e isso está na Lei da Política Estadual,
353 e perguntou se estavam de acordo. **O Assessor da SEMA, José Carlos de Souza**,
354 respondeu que não seria uma moção, seria um documento do Conselho explicando
355 como são as definições pela Agência Nacional de Águas e perguntar se essas
356 informações são referendadas pelo IPAAM, pela SEMA e pela própria ANA, também é
357 preciso entender que a Assembleia Estadual também tem a sua comissão de recursos
358 hídricos estadual, porém, primeiro é necessário ser feita uma leitura da situação e da
359 legislação para depois decidir para quais órgãos serão encaminhados o documento. **O**
360 **Conselheiro representante da UEA, Carlossandro Albuquerque**, concordou com o
361 **assessor José Carlos** e disse que o documento seria um Ofício aos órgãos



362 competentes da gestão hídrica para que os órgãos se manifestem no Conselho e a
363 partir disso seria feita a recomendação para cada instituição com relação ao domínio.
364 **O Conselheiro representante do IPAAM, Sérgio D'Oliveira**, comentou que não deve
365 ser esquecido que esse documento se faz necessário saber qual o órgão responsável
366 pela gestão da ocupação do espelho d'água e a questão da segurança dos rios
367 estaduais. **O Assessor da SEMA, José Carlos de Souza**, concordou e sugeriu que
368 esse documento seja elaborado pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e depois vá
369 para deliberação do conselho antes de ir para as instituições. **O Conselheiro**
370 **representante da SINDNAVAL, Ivo Araújo**, disse que o Conselho deve ter cuidado ao
371 fazer isso, pois, em si tratando da Bacia do Rio Tarumã, a capitania dos portos faz a
372 sua jurisdição fluvial lá dentro, então, o documento tem que ser feito de uma maneira
373 que não tire o direito da capitania dos portos, sendo necessário mais estudo a respeito
374 para se ter o entendimento e elaborar o documento da melhor maneira. Após os
375 encaminhamentos foi dado sequência a pauta. **O Conselheiro representante da UEA,**
376 **Carlossandro Albuquerque**, comentou que enquanto conselheiro, foi convidado pela
377 SEMA a participar de uma reunião com a Agência Nacional de Água e a temática era
378 sobre a avaliação do PROGESTÃO II, em uma avaliação preliminar que sempre é feita
379 com os técnicos da SEMA, IPAAM e ANA, e vieram à tona algumas preocupações,
380 dentre elas, que o Estado não alcançaria sua meta de execução para o ano de 2020
381 por conta das restrições da pandemia, e a técnica da ANA comentou que é necessário
382 fortalecer tanto a SEMA quanto o IPAAM na questão da gestão hídrica no Estado, e
383 principalmente a participação de técnicos qualificados para a gestão hídrica, pois, de
384 acordo com relatos do IPAAM e da SEMA as equipes técnicas estão limitadas, estão
385 chegando na sua capacidade máxima de execução das metas estabelecidas e dos
386 projetos que o Estado tem para cumprir, sendo assim, foi decidido com a ANA que esse
387 assunto seria discutido no CERH com o sentido de encontrar mecanismos que possam
388 contribuir com esse fortalecimento, enquanto conselho, para a execução as atividades
389 estabelecidas. **O Conselheiro representante da SINDNAVAL, Ivo Araújo**, concordou
390 com a fala do **Conselheiro Carlossandro**, pois, o Conselho pode estar engessado em
391 alguns aspectos e essa ampliação nas discussões é algo importante. **O conselheiro**



392 **representante do IPAAM, Sérgio D'Oliveira**, endossou as falas do **Conselheiro**
393 **Carlossandro**, pois ele sente diretamente no seu trabalho os efeitos de um corpo
394 técnico deficiente, e para dar celeridade e resposta com maior confiabilidade é preciso
395 um corpo técnico qualificado e capacitado, e informou que hoje em dia a gerência de
396 recursos hídricos não é específica da Política Estadual dos Recursos Hídricos, e sim
397 uma gerência que também faz licenciamento ambiental, coisas muito diferentes. Falou
398 ainda que, essa reclamação também foi feita pela ANA e completou dizendo que o
399 Amazonas é o único Estado da federação que não possui uma estrutura organizacional
400 para a execução dessa política. **O assessor da SEMA, José Carlos de Souza**, reiterou
401 a fala do **conselheiro Carlossandro**, a respeito da preocupação da ANA externadas
402 na última reunião, falou que foi sugerido pela agência a realização de uma reunião com
403 os gestores do Estado, tanto do IPAAM como da SEMA, e disse que se não houver
404 uma estruturação não cumprirá as metas estabelecidas sendo assim, não conseguirão
405 transmitir as informações e as solicitações necessárias para a ANA ter essas
406 informações a nível nacional e com isso o Amazonas corre o risco de ser o primeiro ou
407 um dos únicos estados a não atingir a necessidade imposta pelo PROGESTÃO,
408 QUALIÁGUA e PRÓ-COMITÊS, pois esta carência de mão de obra é algo muito sério
409 e já é um problema questionado pela ANA desde 2015. **O Conselheiro representante**
410 **da UEA, Carlossandro Albuquerque**, completou dizendo que se não houver uma
411 efetiva estruturação organizacional do Recurso Hídrico isso vai se refletir como foi visto
412 na apresentação da F A S, onde foi colocado para o CEMAAM uma deliberação que é
413 exclusiva do CERH. **A Secretária Executiva do CERH, Christina Fischer**, agradeceu
414 pelo debate e disse que de fato é necessário resolver essa questão que já vem
415 ocorrendo há alguns anos e já está sendo elaborado uma proposta para apresentar ao
416 secretário e em cima disso fazer uma reunião com a equipe da ANA. **A secretária**
417 **Christina Fischer**, falou ainda que será necessário o apoio do Conselho para deliberar
418 as propostas que a secretaria está elaborando e que a próxima reunião está agendada
419 para o dia 10 de fevereiro, mas talvez ocorra outra reunião antes com pauta única sobre
420 esse assunto. Sem mais manifestações, a Secretária Executiva do CERH, deu por
421 encerrada a Quadragésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de



422 Recursos Hídricos. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro _____, Assessora dos
423 Colegiados da SEMA, lavrei a presente ATA, onde consta a assinatura de todos os
424 presentes.

425

426 **Assinatura dos conselheiros:**

427

428 Christina Fischer (SEMA) _____

429 Adenilde Pinto de Almeida (GTA) _____

430 Carlossandro Carvalho Albuquerque (UEA) _____

431 Sérgio Martins D'Oliveira (IPAAM) _____

432 Sérgio Bringel (IPAAM) _____

433 Renée Fagundes Veiga (FIEAM) _____

434 Rainier Pedraça de Azevedo (FUNASA) _____

435 Luciani Aguiar Pinto (SEDECTI) _____

436 Thelma Prado (SEDUC) _____

437 Ivo de Oliveira Araújo (SINDNAVAL) _____

438 Ingo Daniel Wahnfried (UFAM) _____

439 Juliana Tavares Bard (ÁGUAS DE MANAUS) _____

440 José Felipe de Souza Pinheiro (CRBio-06) _____

441 Marcos Anderson Pinheiro Nogueira (FAEA) _____

442

443 **Participaram como convidados ou ouvintes:**

444

445 Glauce Maria Monteiro Tavares (SEMA) _____





- 446 Izaías do Nascimento (SEMA) _____
- 447 Kiviane Ribeiro (F A S) _____
- 448 Letícia Cobello (F A S) _____
- 449 José Carlos Monteiro de Souza (SEMA) _____
- 450 Carolina Moro (RMA) _____
- 451 Fernanda Rotta (RMA) _____
- 452 Marcela Michiles (F A S/SEMA) _____
- 453 Solange Damasceno (Comitê de Bacia do Tarumã-Açu) _____
- 454 Fabíola Bento de Andrade (Comitê de Bacia do Tarumã-Açu) _____
- 455 Nailde Andrade _____
- 456 Tannia Zumaeta Mattos _____
- 457 _____
- 458 _____
- 459 APROVADA EM 03/03/2021 – 46ª RO

